

O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO INFANTIL

AUTONOMY DEVELOPMENT OF CHILDREN WITH DOWN SYNDROME IN PRESCHOOL

EL DESARROLLO DE LA AUTONOMÍA DE NIÑOS CON SÍNDROME DE DOWN EN LA EDUCACIÓN INFANTIL

Hyago Carvalho¹
Rita de Cássia Turmann Tuchinski²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento da autonomia de crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil. A autonomia é um processo que se desenvolve ao longo da vida, sendo essencial para o pleno desenvolvimento do educando. No caso de crianças portadoras da Síndrome de Down, o desenvolvimento da autonomia pode ser um processo mais lento e desafiador, no entanto, com o apoio adequado, a criança pode desenvolver habilidades necessárias que favoreçam a sua autonomia. Desenvolver habilidades de autonomia permite que a criança com Síndrome de Down se torne mais independente em atividades diárias, como se vestir, comer e realizar tarefas simples. Isso promove uma sensação de autoeficácia e autoestima. A partir disso, questiona-se qual é a real importância de o desenvolvimento da autonomia ser trabalhado desde a educação infantil em crianças com Síndrome de Down? A escolha do tema justifica-se pela importância do desenvolvimento da autonomia para as crianças com Síndrome de Down. O objetivo central deste artigo é identificar a relevância do desenvolvimento da autonomia para as crianças com Síndrome de Down na educação infantil. Para isso, foi utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica qualitativa, por meio de livros e materiais já publicados sobre a referida temática. Esse intento será fundamentado a partir da revisão bibliográfica/estado da arte. A pesquisa evidenciou que o desenvolvimento da autonomia em crianças com Síndrome de Down, desde a educação infantil, é de extrema importância, pois contribui para o seu crescimento pessoal, social e emocional, ressaltando que o desenvolvimento da autonomia deve ser adaptado às necessidades individuais de cada criança, levando em consideração suas habilidades e desafios específicos, para que haja, de fato, o desenvolvimento de sua autonomia.

Palavras-chave: Síndrome de Down; educação infantil; autonomia; desenvolvimento.

Abstract

The aim of this article is to analyze the development of autonomy in children with Down's Syndrome in early childhood education. Autonomy is a process that develops throughout life and is essential for the full development of the student. In the case of children with Down's Syndrome, the development of autonomy can be a slower and more challenging process, however, with the right support, the child can develop the necessary skills to foster autonomy. Developing autonomy skills allows children with Down's Syndrome to become more independent in everyday activities, such as dressing, eating and performing simple tasks. This promotes a sense of self-efficacy and self-esteem. This raises the question: how important is it for children with Down's Syndrome to develop autonomy from an early age? The topic was chosen because of the importance of developing autonomy for children with Down's Syndrome. The main aim of this article is to identify the importance of developing autonomy for children with Down's Syndrome in early childhood education. To do this, we used qualitative bibliographical research methodology, using books and materials already published on the subject. This will be based on a bibliographical review/state of the art. The research showed that the development of autonomy in children with Down's Syndrome, from early childhood education onwards, is extremely important, as it contributes to their personal, social and emotional growth, emphasizing that the development of autonomy must be adapted to the

¹ Acadêmico no curso de Licenciatura em Pedagogia no Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: carvalhotohy99@gmail.com

² Docente no Centro Universitário Internacional (UNINTER). Especialização: Gestão e Liderança Educacional. ORCID: 0000-0003-4468-4507 E-mail: rita.tu@uninter.com

individual needs of each child, considering their specific abilities and challenges, so that there is, in fact, the development of their autonomy.

Keywords: Down's Syndrome; preschool; autonomy; development.

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo analizar el desarrollo de la autonomía de niños con Síndrome de Down en la Educación Infantil. La autonomía es un proceso que se desarrolla a lo largo de la vida, siendo esencial para el pleno desarrollo del educando. En el caso de los niños con Síndrome de Down, el desarrollo de la autonomía puede ser un proceso más lento y desafiante, sin embargo, con el apoyo adecuado, el niño puede desarrollar habilidades necesarias que favorezcan su autonomía. Desarrollar habilidades de autonomía permite que el niño con Síndrome de Down se vuelva más independiente en actividades diarias, como vestirse, comer y realizar tareas simples. Eso promueve una sensación de autoeficacia y autoestima. A partir de eso, ¿cuál es la importancia real del desarrollo de la autonomía para trabajar desde la educación infantil en niños con Síndrome de Down? La elección del tema se justifica por la importancia del desarrollo de la autonomía para los niños con síndrome de Down. El objetivo central de este artículo es identificar la relevancia del desarrollo de la autonomía para los niños con síndrome de Down en la educación infantil. Para ello, se utilizó la metodología de investigación bibliográfica cualitativa, por medio de libros y materiales ya publicados sobre la temática. Este intento se basará en la revisión bibliográfica/estado del arte. La investigación ha evidenciado que el desarrollo de la autonomía en niños con Síndrome de Down, desde la educación infantil, es de extrema importancia, pues contribuye para su crecimiento personal, social y emocional, destacando que el desarrollo de la autonomía debe adaptarse a las necesidades individuales de cada niño, teniendo en cuenta sus habilidades y desafíos específicos, para que haya, de hecho, el desarrollo de su autonomía.

Palabras clave: Síndrome de Down; educación infantil; autonomía; desarrollo.

1 Introdução

O desenvolvimento da autonomia em crianças com Síndrome de Down (SD) é de extrema importância, pois contribui para o seu crescimento pessoal, social e emocional. O desenvolvimento dessa autonomia pode contribuir para independência pessoal, integração social, autoconfiança, autoestima, facilitação do aprendizado, redução da dependência, preparação para a vida adulta, inclusão e igualdade, entre outros, mas nem sempre essa autonomia é trabalhada na escola, especialmente no que se refere à Educação Infantil. A partir disso, questiona-se: qual é a real importância de o desenvolvimento da autonomia ser trabalhado desde a Educação Infantil em crianças com SD?

A escolha do tema justifica-se pela importância do desenvolvimento da autonomia para as crianças com SD. Os objetivos desta pesquisa são: conceituar SD; conceituar educação infantil e identificar a relevância do desenvolvimento da autonomia para as crianças com SD na educação infantil.

A metodologia utilizada para esta pesquisa foi a pesquisa bibliográfica qualitativa, que foi empregada com o objetivo de buscar percepções e entendimentos sobre a natureza do assunto em questão. A pesquisa bibliográfica teve como foco levantar dados para melhor compreensão e análise da temática tratada.

Para embasamento da pesquisa e construção do artigo científico, consultou-se o Movimento Down, com o objetivo de buscar percepções e entendimentos sobre a natureza do

assunto em questão. O conceito de Síndrome de Down foi trazido a partir da visão dos autores Lília Moreira, Charbel El-Hanib, Fábio Gusmão, entre outros. A pesquisa também foi fundamentada na Base Nacional Comum Curricular e em autores renomados como Tizuko Morchida Kishimoto.

Este artigo conta com as seguintes seções em seu desenvolvimento: Conceituando a Síndrome de Down; Conceituando a educação infantil; A inclusão de crianças com Síndrome de Down na educação infantil; O desenvolvimento da autonomia de crianças com Síndrome de Down na educação infantil; e Considerações finais.

2 Metodologia

Para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada, este artigo científico foi construído com base em pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de materiais já publicados sobre o tema central. Esse método de pesquisa envolve a análise e o estudo de obras escritas, tais como livros, artigos, monografias, teses e outros documentos disponíveis em bibliotecas, repositórios on-line e diversas fontes de informação. Essa abordagem foi utilizada para revisar, analisar e sintetizar o conhecimento já existente sobre o tema em questão.

Como parâmetro, buscou-se livros e artigos que falassem sobre o tema central da pesquisa: tecnologias em sala de aula. Algumas obras consultadas foram: Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018); Busca e adesão a tratamento: aspectos sociodemográficos e biológicos dos usuários com Síndrome de Down de um serviço de aconselhamento genético (Botão, 2013); Brinquedos e brincadeiras na educação infantil (2010); A Síndrome de Down e sua patogênese: considerações sobre o determinismo genético (Kishimoto, 2000); Movimento Down, entre outros.

3 Conceituando a Síndrome de Down

Em 1866, o médico inglês John Langdon Down deu início aos primeiros indícios verificando as características dessa síndrome em crianças com atraso intelectual. A SD é a “alteração genética mais comum entre os seres humanos” (Botão *et al.*, 2013, p. 2375). A SD, também conhecida como trissomia do cromossomo 21, é uma condição genética que resulta de uma anomalia cromossômica. Ela ocorre quando uma pessoa tem uma cópia extra total ou parcial do cromossomo 21. Normalmente, cada pessoa tem 46 cromossomos em suas células, sendo 23 herdados de cada progenitor. No caso da SD, a pessoa tem 47 cromossomos, com três cópias do cromossomo 21 em vez de duas.

Essa síndrome não é considerada uma doença, por isso não se fala em cura. É uma condição permanente que não pode ser modificada. Como qualquer outra pessoa:

o indivíduo com síndrome de Down tem variados tipos de habilidades e dificuldades que podem ser reduzidas se as pessoas à sua volta tiverem uma atitude positiva em relação à síndrome de Down (Movimento Down, 2014, p. 23).

Por isso não é apropriado dizer que uma pessoa sofre, é vítima ou é acometida por SD. O apropriado é dizer que a pessoa tem ou nasceu com SD. Segundo Moreira *et al.* (2000), além do atraso no desenvolvimento, outros problemas de saúde podem ocorrer no portador da SD:

cardiopatia congênita (40%); hipotonia (100%); problemas de audição (50 a 70%); de visão (15 a 50%); alterações na coluna cervical (1 a 10%); distúrbios da tireoide (15%); problemas neurológicos (5 a 10%); obesidade e envelhecimento precoce. Em termos de desenvolvimento, a síndrome de Down, embora seja de natureza subletal, pode ser considerada geneticamente letal quando se considera que 70-80% dos casos são eliminados prematuramente (Moreira *et al.*, 2000, p. 97).

Segundo Schwartzman (2003), nenhuma pessoa com SD é igual a outra, embora apresentem semelhanças físicas. O diagnóstico clínico de SD é baseado no reconhecimento de características físicas. Quanto mais características específicas da SD forem identificadas aumenta-se a segurança do diagnóstico clínico. O diagnóstico também é realizado por meio de exame laboratorial da SD, pela da análise genética denominada cariótipo.

Quadro 1: Diagnóstico clínico da SD baseado nas seguintes características

Exame segmentar		Sinais e sintomas
Cabeça	Olhos	Epicanto
		Fenda palpebral oblíqua
		Sinófris
	Nariz	Ponte nasal plana Nariz pequeno
	Boca	Palato alto
		Hipodontia
	Forma	Protusão lingual Braquicefalia
Cabelo	Fino, liso e de implantação baixa	
Orelha	Pequena com lobo delicado Implantação baixa	
Pescoço	Tecidos conectivos	Excesso de tecido adiposo no dorso do pescoço Excesso de pele no pescoço
Tórax	Coração	Cardiopatia
Abdome	Parede abdominal	Diástase do músculo reto abdominal
	Cicatriz umbilical	Hérnia Umbilical
Sistema Locomotor	Superior	Prega palmar única
		Clinodactilia do 5º dedo da mão
	Inferior	Distância entre 1º e o 2º dedo do pé
Tônus	Hipotonia Frouxidão ligamentar	
Desenvolvimento Global		Déficit pondero-estatural
		Déficit Psicomotor
		Déficit Intelectual

Fonte: Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down (2013).

Apesar dos desafios associados à SD, muitas pessoas levam vidas ativas e realizam diversas conquistas. Com intervenções precoces, suporte educacional e oportunidades de inclusão, as pessoas com SD podem alcançar seu potencial e participar plenamente da sociedade. O tratamento e o apoio podem variar amplamente de acordo com as necessidades individuais de cada pessoa.

A inclusão social, educação inclusiva e apoio à autonomia são áreas importantes de foco na abordagem da SD. A aceitação e apoio de famílias, educadores, profissionais de saúde e da sociedade em geral desempenham um papel vital no desenvolvimento e bem-estar de pessoas com SD.

3.1 Conceituando a educação infantil

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, sendo destinada a crianças com idades entre zero e cinco anos de idade. Essa fase é crucial no desenvolvimento das habilidades motoras, cognitivas, sociais e emocionais das crianças. O objetivo principal da educação infantil é proporcionar um ambiente educativo que favoreça o desenvolvimento integral da criança, preparando-a para as etapas subsequentes da educação formal.

No Brasil, a matrícula nessa etapa da educação básica é obrigatória somente para crianças a partir de 4 anos de idade. A educação infantil não visa alfabetizar as crianças ou trabalhar com conteúdos que estão além da compreensão das crianças, ela está voltada para a brincadeira e a educação:

Entre as coisas de que a criança gosta está o brincar, que é um dos seus direitos. O brincar é uma ação livre, que surge a qualquer hora, iniciada e conduzida pela criança; dá prazer, não exige como condição um produto; relaxa, envolve, ensina regras, linguagens, desenvolve habilidades e introduz a criança no mundo imaginário (Kishimoto, 2010, p. 1).

A brincadeira desempenha um papel fundamental na educação infantil, sendo reconhecida como uma atividade essencial para o desenvolvimento integral das crianças. Brincar estimula a imaginação, a criatividade e a resolução de problemas. As crianças desenvolvem habilidades cognitivas, como a capacidade de fazer conexões, planejar e executar ideias durante a brincadeira.

Brincar é uma maneira natural para as crianças expressarem suas emoções. Eles podem representar situações da vida real, experimentar diferentes papéis e lidar com sentimentos complexos por meio de jogos imaginativos. Brincar também proporciona uma forma de aprendizado significativa, onde as crianças podem explorar conceitos, testar hipóteses e construir

entendimentos. Isso ocorre de maneira natural e prazerosa, o que aumenta a motivação para aprender. A brincadeira é uma base importante para a transição para a aprendizagem formal. Durante as atividades lúdicas, as crianças desenvolvem habilidades que são essenciais para o sucesso acadêmico, como concentração, atenção e habilidades de resolução de problemas.

Em resumo, a brincadeira na educação infantil não é apenas uma atividade recreativa, mas uma parte essencial do processo de aprendizado e desenvolvimento infantil. Ao criar ambientes ricos em oportunidades de brincar, os educadores proporcionam às crianças as condições ideais para explorar, descobrir e crescer de maneira saudável e equilibrada.

Na educação infantil, segundo a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018), as crianças precisam brincar, conviver, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Por isso o trabalho do educador e da instituição, como um todo, precisa refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo uma pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças. Tendo em vista os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da educação básica propostas pela BNCC, seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na educação infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, construindo significados sobre si, os outros, o mundo social e natural:

Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário (Brasil, 2018).

Sendo assim, pode-se compreender a importância dessa etapa para o desenvolvimento integral das crianças.

3.2 A inclusão de crianças com Síndrome de Down na educação infantil

A educação inclusiva é uma educação para todos, haja vista que tem como principal objetivo proporcionar a cada educando a oportunidade de expressar-se, construir-se e desenvolver-se a partir de suas capacidades, por meio da interação com os demais. A inclusão na educação infantil refere-se à prática de garantir que todas as crianças, independentemente de suas diferenças individuais, singularidades e ritmos próprios tenham a oportunidade de participar plenamente em ambientes educacionais. Isso inclui crianças com necessidades especiais, deficiências, habilidades excepcionais, diferentes origens étnicas, culturais e socioeconômicas. A inclusão na educação infantil é um princípio fundamental baseado na ideia de que todos os educandos têm o direito de receber uma educação de qualidade em um ambiente que respeite e valorize suas diferenças.

A inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais nas escolas tem como marco principal a Declaração de Salamanca, que foi instituída na Conferência Mundial de Educação Especial, em 1994. Portanto, toda criança tem direito à educação, nenhuma criança é igual à outra, cada uma possui características próprias, interesses, aptidões e necessidades de aprendizagem que são singulares. Sendo assim, todas devem ser atendidas no espaço escolar, com uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer as suas necessidades (UNESCO, 1994).

Pode-se verificar avanços significativos em relação à inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Isso se deve a alguns fatores, como o avanço da medicina, luta de familiares e militantes da causa, maior protagonismo das próprias pessoas com deficiência e avanço de políticas públicas. Com relação às políticas públicas, tem-se como exemplo recente nessa história a Lei Brasileira de Inclusão, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), um marco no sentido de assegurar direitos essenciais para esse público. Essa lei instituiu o estatuto da pessoa com deficiência para garantir e promover condições de igualdade, exercício dos direitos e das liberdades fundamentais e, com isso, realizar a inclusão social e a cidadania de todas as pessoas com deficiência.

O capítulo V da Lei n.º 9.394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que trata da educação especial, dentre outras determinações, diz que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial;

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular;

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:
I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – Terminalidade específica;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (Brasil, 1996).

Crianças com SD são altamente beneficiadas de experiências de aprendizagem em escolas inclusivas, junto com estudantes sem deficiência. Eles possuem esse direito assegurado pela Constituição. Os instrumentos necessários para que ele possa aprender a se desenvolver junto com crianças de sua idade precisam ser providos pela escola (Movimento Down, 2014; Educação..., 2012).

Na perspectiva de Voivoidic, “as crianças com Síndrome de Down têm na deficiência mental uma de suas características mais constantes, e, portanto, é evidente a complexidade e importância da educação” (2008, p. 17). Sendo assim, a educação dessas crianças precisa ser de caráter interativo, ou seja, a escola, a família e a comunidade podem, e devem, contribuir oferecendo experiências que sejam significativas e transformadoras.

O aprendizado de pessoas com SD, de acordo com Martins “deve ser estimulado a partir do concreto, sem pular etapas, necessitando de instruções visuais e situações reais, para que o estudante consolide suas aquisições” (2002 p. 40). Sendo assim, é imprescindível que se inicie a estimulação com as crianças desde o início de sua vida, a despeito de suas dificuldades.

É válido ressaltar que crianças portadoras de SD apresentam diferentes formas de aprendizagem, bem como dificuldades e fragilidades. Apesar disso, são totalmente capazes de realizar as tarefas atribuídas mediante estímulos e intervenções. Quanto maior for seu desenvolvimento, mais potencializadas serão suas habilidades e competências.

A inclusão de crianças com SD na educação infantil é um aspecto importante para promover a diversidade e garantir que todas as crianças tenham acesso a oportunidades educacionais. A inclusão não apenas beneficia essas crianças individualmente, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva, em que todos têm a oportunidade de aprender, crescer e interagir.

Para garantir que a educação seja efetiva e inclusiva para crianças com SD, pode ser necessário oferecer suporte adicional, adaptações curriculares e uma abordagem centrada nas habilidades individuais de cada criança. A colaboração entre educadores, profissionais de saúde, familiares e especialistas é fundamental para criar um ambiente educacional que atenda às necessidades específicas de cada criança com SD.

3.3 O desenvolvimento da autonomia de crianças com Síndrome de Down na educação infantil

A Educação Infantil se configura como um solo fértil para o desenvolvimento da autonomia em crianças com SD. Por meio de um ambiente acolhedor, estimulante e inclusivo, esses pequenos exploradores desabrocham suas habilidades e conquistam a independência gradativamente. Nessa jornada, ela reconhece as individualidades e potencialidades de cada criança, promovendo um ensino acessível e significativo. Nesta direção, Casarin (2007, p. 28) assegura que:

A escola [a instituição educativa] é um ambiente importante na vida da criança, pois nela acontecem, além da aprendizagem formal e o desenvolvimento cognitivo, a socialização e o convívio com diferentes papéis, relações hierárquicas e cultura institucional. É um dos primeiros, geralmente o primeiro, ambiente extrafamiliar onde são experienciadas relações estáveis, que se caracterizam como processos proximais: relações entre pares/alunos e com os professores e outros profissionais da escola (Casarin, 2007, p. 48).

Nesse sentido cabe ressaltar a escola como ambiente potencializador de estratégias personalizadas, proporcionando à criança com SD florescer em seu ritmo, construindo sua autonomia em diferentes áreas.

3.3.1 Autonomia

De acordo com o Minidicionário de Língua Portuguesa Luft, autonomia significa: “Faculdade de se governar por leis próprias; independência” (2010, p. 94). Já o conceito de independência é definido como: “Condição livre; Direito de decidir e agir segundo a própria vontade [...]” (Luft, 2010, p. 423).

Autonomia refere-se à capacidade de agir de forma independente, autônoma e autodirigida. Uma pessoa autônoma é capaz de fazer escolhas, tomar decisões e agir de acordo com suas próprias vontades e valores, levando em consideração sua capacidade de raciocínio e sua autodeterminação. A autonomia está associada à liberdade individual, à capacidade de autogoverno e à autorresponsabilidade. A promoção da autonomia é fundamental para o

desenvolvimento pessoal e a construção de uma sociedade baseada no respeito à individualidade e na valorização da autodeterminação

No que se refere à educação infantil, compreende-se que a autonomia é algo a ser trabalhado com as crianças, nas mais diversas formas, desde uma mobília que favoreça o uso das crianças até a escolha de participar ou não de situações, escolher o que deseja comer e poder servir-se livremente e sozinha. Promover a autonomia infantil requer um equilíbrio entre oferecer apoio e permitir que as crianças enfrentem desafios de forma independente. Essa abordagem contribui para o desenvolvimento de habilidades essenciais que serão benéficas ao longo da vida.

É necessário respeitar as escolhas e decisões das crianças, além disso, desenvolver nelas o senso de autonomia:

A essência da autonomia é que as crianças tornem-se aptas a tomar decisões por si mesmas. Mas, [...] a autonomia significa levar em consideração os fatos relevantes para decidir agir da melhor forma para todos. Não pode haver moralidade quando se considera apenas o próprio ponto de vista (*apud* Steuck; Pianezzer, 2013, p. 155).

O desenvolvimento da autonomia em crianças com SD na educação infantil é crucial para promover sua independência, autoestima e participação ativa no ambiente educacional e social.

3.3.2 Desenvolvimento da autonomia de crianças com Síndrome de Down na educação infantil

Sabe-se que a criança com SD pode realizar atividades do mesmo modo que a criança com o desenvolvimento típico faz, só levam um tempo maior para desenvolver algumas habilidades específicas. Para que haja o desenvolvimento dessas habilidades, se faz necessário um total estímulo nos aspectos motor, afetivo e cognitivo, para que haja esse desenvolvimento autônomo desde os primeiros meses de vida. Algumas estratégias são altamente eficazes como rotinas previsíveis e estruturadas que proporcionam segurança e ajudam as crianças a compreenderem as expectativas diárias. Isso pode incluir rotinas para chegada, refeições, atividades educacionais e despedida. Assim como o estímulo à autonomia nas atividades diárias, como vestir-se, alimentar-se e lavar as mãos de forma independente, proporcionando apoio necessário quando necessário. Também é necessário que o ambiente seja acessível e adaptado para atender às necessidades específicas das crianças com SD. Isso pode incluir o uso de materiais adaptados e mobiliário ajustado.

Outro aspecto refere-se ao apoio individualizado, que é imprescindível e pode incluir a presença de profissionais de apoio, adaptação de materiais ou instruções mais claras, dependendo das necessidades de cada criança. Outra estratégia é planejar atividades inclusivas

que incentivem a participação de todas as crianças. Isso pode envolver a adaptação de jogos e brincadeiras para garantir que cada criança possa contribuir de acordo com suas habilidades, podendo fomentar a tomada de decisões simples, como escolher entre diferentes atividades, materiais ou parceiros de atividades. O incentivo à socialização promove oportunidades de interação social, incentivando as crianças a brincarem e colaborarem umas com as outras. Isso ajuda no desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais. Também é importante a parceria com os pais, mantendo uma comunicação aberta para entender melhor as necessidades e habilidades específicas de cada criança, garantindo uma abordagem consistente entre a escola e a casa. A realização de avaliações regulares do progresso das crianças e o ajuste das estratégias de apoio, conforme necessário, permite uma abordagem adaptativa e personalizada.

Ao implementar essas práticas na educação infantil, as crianças com SD podem desenvolver habilidades de autonomia que contribuirão significativamente para sua independência e integração em diversos contextos ao longo da vida.

É válido ressaltar que a autonomia da criança com SD evoluirá de acordo com as suas especificidades, não existindo, assim, um tempo fixo, pois uma das principais características presentes é a deficiência intelectual, sendo assim, a educação deve ser adaptada segundo o potencial e as necessidades de cada criança. É necessário preparar a criança com SD para todas as situações da vida, ensinando-a a se comunicar, brincar, praticar esportes e resolver seus próprios problemas com autonomia.

O educador precisa proporcionar situações que induzam as crianças com SD a interagir e participar das atividades, despertando nela iniciativas. Schwartzman explica que:

É importante não queimar etapas e seguir roteiro adrede mente fixado: estimular o desenvolvimento da criança, respeitar sua evolução gradativa e aguardar o momento exato para iniciar uma nova aprendizagem. [...] devem levar em consideração as possibilidades de aprendizagem da criança e a motivação necessária para que participe ativamente[...] (Schwartzman, 2003, p. 238).

É imprescindível que o educador e a escola, como um todo, desenvolvam ao máximo e em todas as áreas essas potencialidades, atentos às atividades que facilitem as habilidades atuais e futuras de aprendizagem do estudante com SD.

4 Considerações finais

Sabe-se que a educação é reconhecida como um direito fundamental e universal de todos os indivíduos. O acesso à educação é crucial para o desenvolvimento integral das pessoas, proporcionando oportunidades para o crescimento intelectual, social, emocional e econômico.

Além disso, a educação desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade, na redução da pobreza, na melhoria da saúde e no fortalecimento das sociedades.

O princípio da educação como um direito de todos implica que a educação deve ser acessível, inclusiva e de qualidade, sem discriminação de qualquer tipo. Isso inclui garantir que pessoas com deficiência, minorias étnicas, crianças em situação de vulnerabilidade e outros grupos marginalizados tenham igualdade de oportunidades no acesso à educação. Sendo assim, crianças com SD podem e devem frequentar as escolas desde a mais tenra idade, tendo como foco o seu desenvolvimento enquanto um cidadão de direitos.

Certamente, na inclusão da criança com SD, ainda existem muitos desafios a serem superados, principalmente no que tratei aqui neste artigo, da promoção de sua autonomia. A promoção da autonomia da criança com SD é de extrema importância para a construção de seu processo de aprendizagem, e é responsabilidade da escola estimular essa autonomia na criança. Esse não é um processo simples ou rápido, mas é um processo necessário que certamente renderá bons frutos.

É importante salientar que a SD necessita de nosso olhar comprometido e que cabe a nós, professores e futuros professores, cada vez mais lutarmos e acreditarmos que é possível incluir, é possível trabalhar, e certamente faz-se necessário realizarmos mais estudos, estarmos sempre buscando novas ideias e conhecimentos para que o trabalho seja cada vez melhor e mais empenhado no que realmente é importante para a promoção da autonomia da criança com SD.

Os resultados alcançados, com a pesquisa bibliográfica, demonstram que o desenvolvimento da autonomia em crianças com SD na educação infantil é crucial para promover sua independência, autoestima e participação ativa no ambiente educacional e social, já que se expostas a estímulos adequados e experiências significativas, tanto no ambiente familiar, como na escola, apresentam grande potencial de desenvolvimento motor, cognitivo e de linguagem, ainda que de formas e ritmos diferentes.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 out. 2024.

CASARIN, S. **Síndrome de Down**: caminhos da vida. 2007. 291 f. Tese (Doutorado em Psicologia) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://ariel.pucsp.br/bitstream/handle/15567/1/Sonia%20Casarin.pdf>. Acesso em: 17 out. 2024.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, seção 1, v. 152, n. 127, p. 2, Brasília-DF, terça-feira, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 01 nov. 2023.

BRASIL. Lei n.º 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, v. 131, n. 248, p. 1-9, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/12/1996&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=289>. Acesso em: 05 dez. 2023
Sumário disponível no SGPUB

BOTÃO, R. B. S. *et al.* Busca e adesão a tratamento: aspectos sociodemográficos e biológicos dos usuários com Síndrome de Down de um serviço de aconselhamento genético. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL*, 8. 2013, Londrina, Paraná. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 5/7 set. 2013. p. 2375-2386. Disponível em: <https://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT07-2013/AT07-033.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.

EDUCAÇÃO e síndrome de Down. **Movimento Down**, 21 mar. 2012. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/educacao/educacao-e-sindrome-de-down/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

KISHIMOTO, T. M. Brinquedos e brincadeiras na educação infantil. *In: Seminário Nacional: currículo em movimento – perspectivas atuais*, 1., 2010, Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais [...]**. Belo Horizonte: [s. n.], nov. 2010. Disponível em: https://legado.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/908254/mod_resource/content/2/2.3_brinquedos_brincadeiras_tizuko_morchida.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 18 out. 2024.

LUFT, C. P. **Minidicionário Luft**. São Paulo: Ática, 2010.

MARTINS, L. A. R. **A inclusão escolar do portador da Síndrome de Down: o que pensam os educadores?** Natal: EDUFERN, 2002.

MOREIRA, L. M. A.; EL-HANIB, C. N.; GUSMÃO, F. A. F. A síndrome de Down e sua patogênese: considerações sobre o determinismo genético. **Rev. Brasileira de Psiquiatria**, v. 22, n. 2, p. 96-9, 2000. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbp/a/XTSyqsLMHs56f4LmdznG4Vk/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 01 nov. 2023.

MOVIMENTO DOWN. **Três vivas para o bebê!** Guia para mães e pais de crianças com síndrome de Down. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro e Movimento de Ação e Inovação Social, 2014. 40 p.; 20x20cm.

SCHWARTZMAN, J. S. **Síndrome de Down**. 2. ed. São Paulo: Ed. Memnon/Mackenzie, 2003.

STEUCK, C. D.; PIANEZZER, L. C. M. **Pedagogia da Educação Infantil**. Indaiá: Uniasselvi, 2013.

VOIVOIDIC, M. A. M. A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais e estrutura de ação em educação especial**. Salamanca: UNESCO Office in Brasília, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: nov. 2023.